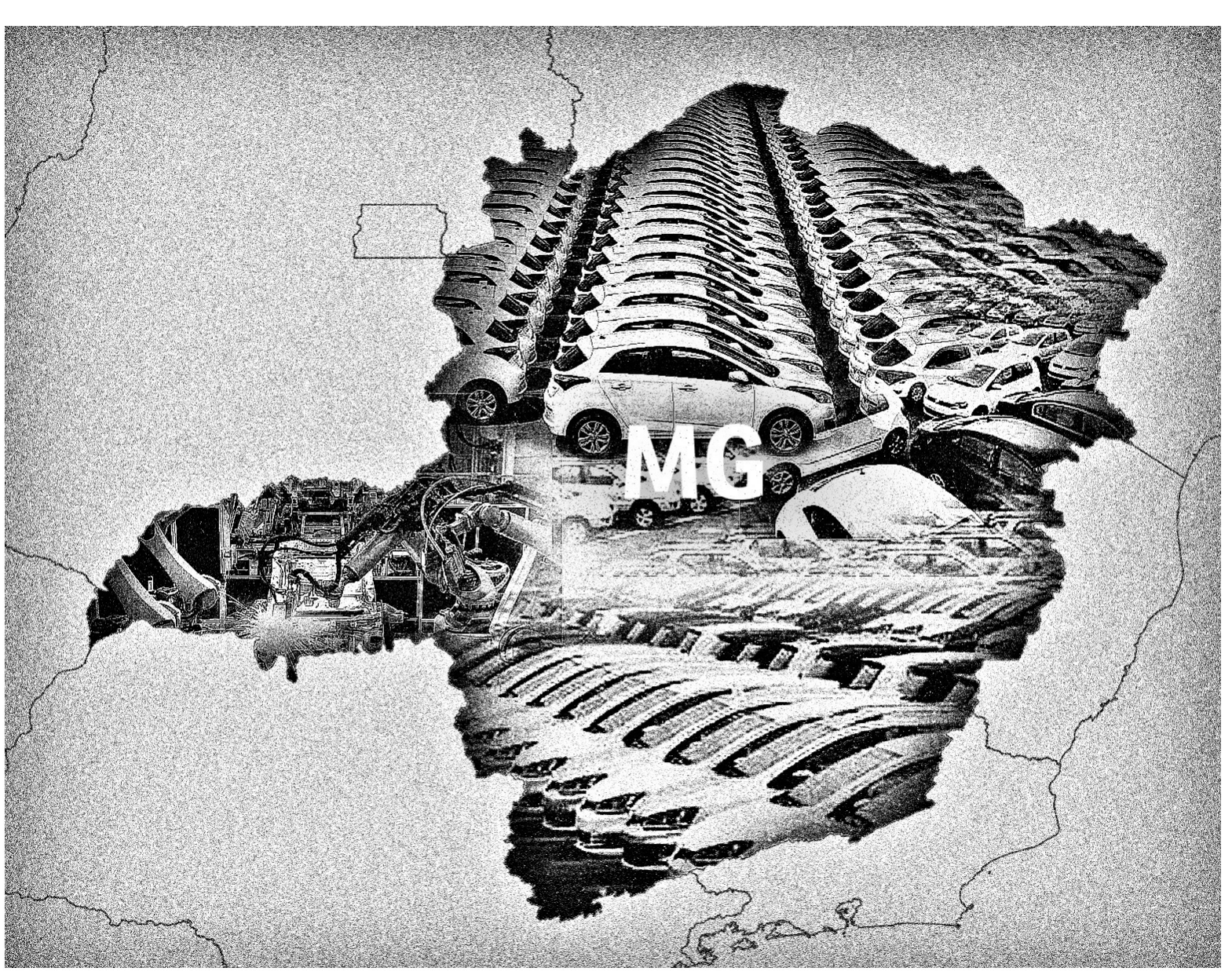
# Minas é 13,6% do PIB automotivo




» SACHA CALMON
*Advogado*

Genilson Cezar nos fornece preciosas informações que passo a divulgar. O estado de Minas Gerais se mantém como o segundo maior produtor nacional de veículos no país. Em 2020, foi responsável por 13,6% da produção nacional, o que representa 247,7 mil veículos fabricados pelas três grandes montadoras que atuam na região: a Fiat (FCA), que opera em Betim desde 1976, a MercedesBenz, que se instalou em Juiz de Fora em 1999, e a Iveco, controlada pelo grupo CNH Industrial, em Sete Lagoas desde 2000.

Entre 2000 e 2020, a participação de Minas Gerais no conjunto de veículos novos licenciados no país subiu de 8,3% (de um total de 1,489 milhão de unidades no país todo) para 19,7% (2 milhões de unidades), segundo dados da Associação Nacional de Veículos Automotores (Anfavea). É um setor formado por 589 empresas, entre montadoras e fornecedoras de peças e acessórios, que emprega mais de 45 mil pessoas e responde por 8,6% do Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais.

Para a Mercedes-Benz, a questão logística é um dos maiores trunfos para a operação mineira. A empresa exporta caminhões e ônibus para 43 países da América do Sul e Central, e para o Caribe, além de 10 países de outros continentes.

"A planta de Juiz de Fora, hoje com 1 mil empregados, faz parte de um sistema integrado de produção e contribui para que a filial brasileira se mantenha como player global de desenvolvimento e produção de caminhões e ônibus da Daimler Truck, além de ser centro de competência global para o desenvolvimento de chassis de ônibus", diz Roberto Leoncini, vice-presidente da Mercedes-Benz do Brasil.

Com 433,6 mil veículos vendidos em 2020 (22,2% de participação de mercado), a Fiat lidera as vendas de automóveis e comerciais leves no Estado de Minas Gerais e em todo o país. Mas investiu pesado na planta industrial de Betim para se tornar também o maior centro de produção de motores da América Latina. O novo projeto da Stellantis, grupo criado com a fusão da Fiat Chrysler Automobiles e PSA Group, foi disputado pelas fábricas de Betim e outra da China e ficou em Minas Gerais. Faz parte de um pacote de investimentos que deve chegar a R$ 8,5 bilhões até o ano de 2024.

Prestes a concluir uma cisão, que dará lugar a duas novas empresas, a partir de 2022, a multinacional italiana CNH Industrial opera três fábricas no município de Sete Lagoas para a produção de caminhões, ônibus, veículos de defesa e motores, com a marca Iveco, além de uma fábrica de máquinas de construção em Contagem. A empresa emprega 4 mil funcionários no Estado.

Segundo Vilmar Fistarol, presidente da CNH Industrial para a América Latina, o cenário brasileiro está favorável para a maior parte dos segmentos onde a empresa atua, e o mercado mineiro acompanha esse fluxo. "A venda de caminhões está em crescimento, puxada pelo agronegócio e mineração", diz. A Iveco vem registrando crescimento sustentável desde 2020, atingindo um aumento de 30% em vendas.

O setor de autopeças em Minas Gerais apresenta uma cadeia produtiva consolidada, de suporte às montadoras, com mais de 60 fornecedores que empregam 11,2% do total de trabalhadores das empresas do setor (233 mil em 2020). Em 2018, a receita do setor atingiu R$ 9,75 bilhões, mas desde então vem sofrendo com o impacto da pandemia do coronavírus, informa o diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) em MG.

Apesar dos avanços, Minas Gerais não sai do vermelho. Neste ano, o estado estima encerrar com deficit de R$ 16,2 bilhões. Para 2022, a proposta orçamentária é de deficit de R$ 11,7 bilhões, maior que o deixado pelo antecessor, Fernando Pimentel (PT), de R$ 11,2 bilhões. A estimativa é de que as receitas somem R$ 125,7 bilhões, contra despesas de R$ 137,4 bilhões. As receitas correntes terão um crescimento de 21,6%, com aumento de 32,1% na arrecadação de ICMS, chegando a R$ 68 bilhões.

O dinheiro da Vale para reparar danos causados pelo rompimento da barragem em Brumadinho, em 2019, vai alavancar a conta de investimentos. As receitas de capital crescerão 397%, para R$ 3,21 bilhões. Desse total, R$ 2,3 bilhões virão do acordo. O rompimento da barragem provocou a morte de 270 pessoas. O acordo de reparação soma R$ 37,68 bilhões — R$ 11,06 bilhões serão repassados ao estado e o restante será aplicado pela Vale em indenizações e ações de reparação socioeconômica e ambiental.

# Floresta amazônica ou Mata Atlântica

» JOAQUIM FALCÃO
*Membro da Academia Brasileira de Letras, é professor de direito constitucional e conselheiro da Transparência Internacional*

Nem o Brasil nem ninguém pode enfrentar todos os seus problemas ao mesmo tempo. É preciso análise criteriosa, noção de urgência e definição de prioridades. É preciso escolher. Ou seja, incluir e excluir.

O mundo todo, o Brasil também, entende que a preservação do bioma amazônico é indispensável para a sobrevivência do planeta. De todos. São poucos os isolacionistas que pensam o contrário. Peço, porém, atenção a estes dados.

O Brasil é o país mais urbanizado do mundo. Ou, pelo menos, um dos mais urbanizados. Entre o rural e urbano, somos urbanos. Cerca de 87%, segundo o Banco Mundial. Essa urbanização atinge 183 milhões de brasileiros. E, devido à ausência de políticas urbanísticas e à pobreza, como bem lembra o arquiteto-urbanista Washington Fajardo, um dos maiores especialistas mundiais sobre metrópoles, esse crescimento tem se dado por meio da periferização.

A periferização, em geral, é uma franja, círculo urbano depauperado de condomínios, favelas, habitações de risco que se expandem pelo chão do Brasil. Causando, não raramente, degradação e graves danos ambientais.

Retira, inclusive, a alegria das cidades. Da convivência. Rouba a solidariedade e a comunidade. Instala-se o medo, a insegurança, a violência, a doença, a droga.

Segundo o WRI, a Mata Atlântica é um bioma vital para o Brasil. "São suas florestas que abastecem de água, fornecem alimentos e filtram o ar das regiões mais populosas do país. Inclusive as megalópoles Rio de Janeiro e São Paulo."

Daí um dilema real: onde devemos investir nossos escassos recursos? No bioma amazônico ou da Mata Atlântica? O bioma amazônico é fundamental. Mas a Mata Atlântica é prioridade. Urgência. A maior mata urbana do mundo, diria Tom Jobim.

Os dados do secretário de Meio Ambiente, Eduardo Cavaliere, recém-publicados na edição 56 da *Revista Interesse Nacional*, são impressionantes.

Do 1,3 milhão de km² da floresta, restam apenas 12% de mata original. Entre 2019 e 2020, 36 campos de futebol de área foram devastados por dia. Ao mesmo tempo em que os holofotes mundiais enxergavam o desastre ocorrido na Amazônia.

Do ponto de vista demográfico, a mata atlântica abriga 145 milhões de brasileiros e 70% do PIB nacional. É onde vive e produz a maioria do Brasil.

Quanto à fauna, abriga mais de 2 mil espécies de animais conhecidos. Quanto à flora, passa das 20 mil. Restaurar 15% de sua área evitaria 60% das potenciais extinções e sequestraria 30% de gás carbônico emitido desde os tempos da Revolução Industrial.

Destaca ainda o secretário que a Mata Atlântica é base fundamental de nossa história. Foi cenário de uma economia baseada em extração de ouro e pau-brasil, pecuária e no plantio de cana e café. O futuro pode reservar à mata atlântica uma economia lastreada em créditos de carbono, serviços ambientais e turismo sustentável.

Tudo sugere que a luta é comum. O brasileiro, pelas pesquisas, está muito consciente da importância do meio ambiente para o seu futuro. Mas esse futuro é custoso e difícil. O ideal é que houvesse uma repartição de tarefas entre o Brasil e os países que, mais do que nunca, precisam da preservação do bioma amazônico. Mesmo porque, imprudentemente ou por interesses econômicos nacionalistas, já destruíram grande parte das próprias reservas e são insuficientes.

Nos últimos anos, segundo a *Revista Science*, existe uma recuperação de partes da Mata Atlântica, mas por meio de reflorestamentos biologicamente mais pobres do que a cobertura original. Predominantemente commodities agrícolas: eucaliptos, cana, soja, milho e café.

A prioridade da Mata Atlântica, vital para o Brasil, para o nosso desenvolvimento sustentável, não pode ficar longe dos bons debates do processo eleitoral. Não apenas um debate ambiental. É sobretudo jurídico e econômico.

# Ucrânia: a guerra em família e seus perigos

» JORGE FONTOURA
*Doutor em direito internacional, é professor e advogado*

Na perspectiva infalível do tempo, é possível afirmar que uma das mais importantes publicações acerca do absurdo das guerras foi a peça teatral *A guerra de Troia não acontecerá*, de Jean Giraudoux (1ª. Ed., Ed.Grasset, Paris, 1935). Tratava-se de alegoria burlesca sobre gregos e troianos, mas, de fato, com fina ironia, um veemente alerta sobre a insanidade que levou a Europa ao maior conflito da humanidade, sem que forças da razão pudessem fazer-se ouvir.

Embora reconhecido berço de cultura comum, a fronteira russo-ucraniana é hoje destinatária de olhares temerosos do mundo, na expectativa da eclosão de imponderável conflito. Como país distinto na erosão da então União Soviética, não obstante o heroico percurso de seu povo, desde as guerras napoleônicas à Segunda Guerra Mundial e à Guerra Fria, sobrevivente de invasões, ocupações e deportações, a Ucrânia ainda busca definições essenciais em seu sentir nacional. Vítima de escolhas econômicas e de governos desastrados, o país segue a destilar infortúnios de dependência imputados ao vizinho poderoso, a quem entregou inclusive seu arsenal nuclear.

Com visões de mundo inconciliáveis, entre ódio e amor a russos, a população divide-se em valores e ideais, como na sombria e guerreira Donetsk, disposta a todos os sacrifícios pela grandeza com Moscou, em oposição à colorida e ensolarada Lviv, hedonista e obcecada de Ocidente, de consumismos e modernidades. O dilema se agrava na atual crise, com a tentação de independência açulada com a proposta de adesão à Otan, com apoio aberto dos Estados Unidos e União Europeia. Kiev, capital do país, é síntese desses desencontros medulares, a refletir a Ucrânia dividida e à porta da guerra, grande para ser apenas estado tampão, mas ínfima para enfrentar o vizinho poderoso. Quanto à Rússia, os mapas falam: sem a Ucrânia é país, com a Ucrânia é império.

Sem o pessimismo de cassandras e a bastar a lucidez dos fatos, a iminente intervenção russa que se gesta pode incluir todos os elementos da tempestade perfeita. Envolve a China, com seu trauma de províncias rebeldes e de Taiwan, a Otan e a Casa Branca, sem poupar a União Europeia e tantos terceiros interessados, como Índia e Japão. Imbróglio peculiar, por certo, a lancetar vários dilemas, desembalando cristais e pondo em linha de colisão todos os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse roldão, emerge a fragilidade da União Europeia, gigante em economia, mas limitada em política externa, máxime na defesa de seus interesses, dividida e vulnerável. Um paradoxo. Afinal, o Tratado de Roma teria sido viga mestra para a Europa coesa, por seus valores e bem-estar, a dissuadir a terceira guerra mundial.

Já disparado o alarme internacional que clama por contensão e por distensão diplomáticas, a engajar grandes chancelarias do mundo, por ora a gesticulação belicista de Moscou nas fronteiras do vizinho rebelde, com mobilização maciça de tropas, lembra a apenas a paz armada do período entre guerras. Quem haverá de dar o primeiro tiro? Também a certeza da imediata imposição de sanções econômicas à Rússia faz com que possa haver algum alento à negociação. Afinal, a Europa é a única grande e possível cliente do tão necessário gás dos Bálcãs, a commodity essencial ao comércio internacional de Moscou.

Há ainda o fator militar a considerar. Na dificuldade de emprego de forças terrestres em terreno distante e inóspito como o das estepes ucranianas — assim sabidas desde Napoleão — estrategistas têm aconselhado apenas apoio logístico a Kiev, de armas e equipamentos bélicos, além de treinamento militar, sem envio de tropas, a guerra por outros meios, por assim dizer.

Como ultima ratio, resta esperar que ainda haja espaço para políticas de apaziguamento, na certeza de serem as guerras, no momento caótico que o mundo atravessa, a mais disruptiva das opções. Também, os riscos de escalada nuclear incontrolável impõem redobrada cautela. Bem a propósito, em havendo o conflito, o confronto nuclear entre superpotências é hipótese não negligenciável, como bem lembra o almirante estadunidense James Stavridis, veterano de conflitos e ex-comandante das forças da Otan: se belonaves de superpotências se engajarem em combate nesta parte do mundo, a tentação nuclear será imensa.

Se decerto a história se repete como farsa, a incontrolável escalada da crise pan-eslava pode agora conferir infeliz e lamentável atualidade ao escritor francês Jean Giroudoux, com *A guerra de Troia não acontecerá*.